



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1.582, DE 2009

Requeiro, nos termos do nº 12, da alínea **c**, do inciso II, do art. 255, do Regimento Interno do Senado Federal que, sobre Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2008, além do constante no despacho inicial, seja ouvida também a Comissão de Assuntos Econômicos.

JUSTIFICAÇÃO

O PLS 294/2008 aumenta para 50%, 30% e 20% os percentuais referentes ao adicional de insalubridade, conforme o grau de risco máximo, médio e mínimo, respectivamente. O percentual incidirá sobre o salário pago ao empregado.

O projeto foi distribuído, exclusivamente, à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal. Contudo, a proposta aumenta significativamente os percentuais e a base de cálculo do adicional de insalubridade, implicando ônus excessivo às empresas. Diante disso, a proposta requer avaliação de mérito pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Reconhece-se que a alteração da base de cálculo do adicional de insalubridade é medida que se impõe em decorrência da Súmula Vinculante Nº 04 do STF, que vedou a utilização do salário mínimo como indexador de base de cálculo de vantagem de servidores públicos ou de empregado, bem como a sua substituição por decisão judicial.

O PLS 294/08, no entanto, ao determinar a incidência do percentual do adicional sobre o salário do empregado e aumentar as alíquotas, descuida dos impactos negativos na atividade econômica que esse aumento repentino e substancial representaria na folha

salarial das empresas, com riscos de obstar a continuidade de empreendimentos empresariais, em prejuízo do próprio trabalhador.

Resta, pois, a necessidade de exame dos aspectos econômicos do PLS 294/2008 – matéria de competência precípua da CAE, por força do art. 99, I e IV, do Regimento Interno.

Sala das Sessões,

Senador **ROBERTO CAVALCANTI**

Publicado no **DSF**, em 02/12/2009.